

Nelson não quer pôr em votação outros projetos

Os planos dos partidos de Oposição de votar o projeto da lei salarial e outras matérias durante a interrupção do recesso parlamentar poderão esbarrar na disposição do Presidente do Congresso, Senador Nelson Carneiro, de destinar o período apenas à apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nelson Carneiro disse desconhecer a íntegra da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao pedido de mandado de segurança impetrado pelos partidos de Oposição, mas, pelo que leu nos jornais, sua interpretação inicial é de que a convocação do Congresso terá o único objetivo de votar a LDO.

— Não conheço a íntegra do despacho e não sei se a decisão do Tribunal dá margem à votação da lei salarial. Mas, pelo que li, a decisão só diz respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias e foi devido a esta lei que o recesso foi sustado. Insisto em lem-

brar que a lei salarial, que fora aprovada pela Câmara, não foi votada pelo Senado no dia 2, não por culpa do Presidente do Congresso, mas por falta de quorum — argumentou.

Nelson explicou que resolveu convocar o Congresso para hoje — como a sessão é ordinária, os parlamentares não receberão jetons — para cumprir a decisão judicial o mais rápido possível, dispensando o prazo de dez dias estabelecido pelo STF para a convocação. Segundo o Senador, se a LDO não for votada hoje, será convocada outra sessão para a segunda-feira ou quantas forem necessárias até que o projeto seja votado, sob pena de o recesso permanecer suspenso até 31 de julho.

Ele reafirmou que fez várias tentativas para que o projeto de diretrizes orçamentárias fosse apreciado antes do fim do primeiro semestre. Segundo o Senador, ele entrou em pauta nos dias 19, 21 e 29 de junho e em 2

de julho, e só não foi votado por obstrução dos partidos que posteriormente impetraram o mandado de segurança.

Nelson Carneiro declarou ainda não acreditar que a derrota no STF prejudique sua candidatura a Governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PMDB.

— O candidato é o cidadão Nelson Carneiro, que mereceu do povo fluminense seis mandatos consecutivos, e não o Presidente do Congresso. Se eu não cumprisse a decisão judicial, aí sim, estaria perdendo. Mas, como advogado que sou, sei que a decisão não me desmerece, não sou infalível e agi de acordo com minha consciência — afirmou.

Aparentando tranquilidade, Nelson Carneiro passou o dia dando entrevistas e atendendo telefonemas de parlamentares, entre eles o Senador Marco Maciel (PFL-PE) e o Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que

prometeram comparecer à sessão de hoje.

O Secretário Geral da Presidência da República, Embaixador Marcos Coimbra, também ligou, mas segundo Nelson, a decisão do STF não esteve entre os temas da conversa.

Poucos momentos do dia não foram dedicados à discussão da liminar: Nelson compareceu à missa de sétimo dia do ex-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Otávio Pinto Guimarães e participou de uma reunião com publicitários para tratar de sua campanha.

O PMDB do Rio registrou ontem no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) suas chapas majoritária e proporcionais. A Aliança Progressista, que apóia a candidatura do Senador Nelson Carneiro, é composta pelo PMDB, PFL, PTB e PNR, pois o PDS e o PDC, que também a integrariam, decidiram apoiar o Senador apenas informalmente.